



PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÉ
CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS EM CARGOS EFETIVOS
DO QUADRO DE PESSOAL DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO
MUNICÍPIO DE MACAÉ – MACAEPREV
EDITAL Nº 02/2024

PROVA OBJETIVA – MANHÃ

ANALISTA PREVIDENCIÁRIO
ESPECIALIDADE AUDITORIA
NÍVEL SUPERIOR TIPO 1 – BRANCA



SUA PROVA

- Além deste caderno contendo **70 (setenta)** questões objetivas, você receberá do fiscal de prova o cartão de respostas;
- As questões objetivas têm **5 (cinco)** opções de resposta (A, B, C, D e E) e somente uma delas está correta.



TEMPO

- Você dispõe de **4 (quatro) horas** para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação do cartão de respostas;
- **2 (duas) horas** após o início da prova, é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de questões;
- A partir dos **30 (trinta) minutos** anteriores ao término da prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de questões**.



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova;
- Anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de questões;
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala;
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.



INFORMAÇÕES GERAIS

- Verifique se seu caderno de questões está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, **notifique imediatamente o fiscal da sala**, para que sejam tomadas as devidas providências;
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher o cartão de respostas;
- Para o preenchimento do cartão de respostas, use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul;
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s) no cartão de respostas;
- Confira seu cargo, cor e tipo do caderno de questões. Caso tenha recebido caderno de cargo ou cor ou tipo **diferente** do impresso em seu cartão de respostas, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala;
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento do seu cartão de respostas. O preenchimento é de sua responsabilidade e **não será permitida a troca do cartão de respostas em caso de erro cometido pelo candidato**;
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas no cartão de respostas;
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na lista de presença;
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas.
- **Boa sorte!**

Conhecimentos Básicos

Língua Portuguesa

1

Leia a frase a seguir.

Escreve-se a história para narrar e não para provar.

Sobre a estruturação e significação dessa frase, assinale a afirmativa correta.

- (A) O termo “história” poderia ser adequadamente substituído por “estória”.
- (B) O termo “para narrar” equivale a “para que se narre”.
- (C) O conectivo e, na frase dada, tem valor de adição.
- (D) “Escreve-se” mostra sujeito indeterminado.
- (E) O conectivo indica valor de modo.

2

Leia com atenção o texto a seguir, incluído em um informe publicitário de www.planetasustentavel.com.br.

O que deve mudar no clima?

Estimativas preliminares indicam que a elevação da temperatura global provocará um aumento da evaporação da água dos solos e alterações no balanço hídrico. Fenômenos que levariam, por exemplo, a uma redução do cultivo de plantas de clima temperado no Brasil. Ao mesmo tempo, haveria uma redução de geadas no sul, sudeste e sudoeste do país, o que beneficiaria culturas adaptadas ao clima tropical nessas áreas.

Também são previstas modificações na circulação atmosférica próxima à superfície, o que impactaria o potencial de geração de energia eólica do Brasil, considerado um dos maiores do mundo.

Sobre a estruturação ou a significação dos elementos desse texto, assinale a afirmativa correta.

- (A) O objetivo principal da campanha enunciada acima é promover mudanças de cultivo em alguns pontos do Brasil.
- (B) A consequência das alterações meteorológicas que mais afetariam a vida dos brasileiros é a que impacta o potencial de geração de energia eólica no país.
- (C) A construção de frases e parágrafos apresenta uma organização e estruturação clara e, por isso, a linguagem é de fácil compreensão, o que é adequado em um anúncio publicitário.
- (D) Na linha 4 do texto, a palavra *fenômenos* refere-se globalmente a *estimativas preliminares, elevação da temperatura global, aumento da evaporação dos solos e alterações no balanço hídrico*.
- (E) A expressão por exemplo, nas linhas 3 e 4, expressa o sentido de retificação.

3

Os elementos de coesão estão destacados em todas as frases a seguir. Assinale o conector que tem seu valor semântico corretamente indicado.

- (A) Conforme o noticiário da noite, as reportagens do jornal paulista vão acrescentar novas informações à discussão. / *semelhança*.
- (B) As mudanças meteorológicas modificarão o sistema de plantio, por conseguinte o país poderá começar a produzir frutos diferentes. / *explicação*.
- (C) Todos os atletas participaram da competição, exceto os que já tinham sido eliminados nas provas anteriores. / *ressalva*.
- (D) A polícia chegou imediatamente, pegando os meliantes em flagrante delito. / *duração de tempo*.
- (E) Os prêmios serão possivelmente pagos ainda esta semana. / *afirmação*.

4

As frases a seguir mantêm relação de sentido com a proteção ao meio ambiente, à exceção de uma. Assinale-a.

- (A) As pontes construídas sobre os rios levaram meses para ficarem prontas.
- (B) Os rios passaram a mostrar menos força no fluxo de água após a construção da barragem.
- (C) As árvores da região sofreram com a seca antecipada, mas só algumas morreram.
- (D) A água potável certamente será uma das maiores riquezas de um país, futuramente.
- (E) O uso de certos combustíveis deve ser proibido futuramente, em função do prejuízo que trazem ao ar.

5

Leia o texto descritivo a seguir.

O dicionário era relativamente grosso, com uma capa de couro escura, coberta por uma folha amarela em que estavam escritas as informações sobre o tipo de livro que era.

Sobre a descrição acima, assinale afirmativa adequada.

- (A) Os adjetivos empregados no texto mostram qualidades do objeto descrito.
- (B) A descrição do dicionário só abrange marcas externas da obra.
- (C) O texto mostra poucas informações sobre o livro em função das limitações provocadas pela localização do observador.
- (D) O observador valoriza o produto descrito por meio de opiniões positivas.
- (E) O objeto descrito segue, em sua descrição, o movimento do todo para as partes.

6

Assinale a frase que mostra um jogo de palavras em sua construção.

- (A) Quem inventou o trabalho não tinha o que fazer.
- (B) Melhor do que roubar um banco é fundar um.
- (C) Apaixonar-se é criar uma religião que tem um deus falível.
- (D) Há dois tipos de esposas: a que arruma a casa e a que se arruma.
- (E) A melancolia é o prazer de estar triste.

7

Assinale a frase em que todos os sinais de pontuação estão corretamente empregados.

- (A) A única pergunta idiota, é aquela que você não faz.
- (B) Se você está seguindo no rumo errado, lembre-se: de que Deus encheu a estrada de retornos.
- (C) As ideias geniais são aquelas, que nos espantamos de não ter tido, antes.
- (D) O que prevemos raramente ocorre: o que menos esperamos geralmente acontece.
- (E) Os prazeres são relâmpagos; os sofrimentos, séculos.

8

Assinale a frase em que a passagem da voz ativa para a passiva com auxiliar foi feita de forma adequada.

- (A) A fúria provê as armas. / As armas são providas pela fúria.
- (B) A paz é o tempo em que os políticos dizem tolices. / A paz é o tempo de as tolices serem ditas
- (C) Bons sentimentos jamais criam boas estratégias. / Boas estratégias jamais foram criadas por bons sentimentos.
- (D) A flecha dignifica o alvo. / O alvo é dignificado pela flecha.
- (E) Guerra implica baixas. / Baixas foram implicadas pela guerra.

9

Assinale a opção cuja oração sublinhada tem o valor de consequência.

- (A) Fazer política é a arte de dividir o bolo de tal maneira que cada um pensa ter ficado com o pedaço maior.
- (B) A política depende mais ou menos dos políticos, assim como o tempo depende dos astrônomos.
- (C) Um poderoso faz-nos bastante bem, quando não nos faz mal.
- (D) A política não é nenhuma ciência, como supõem muitos senhores professores, é apenas uma arte.
- (E) Porque todo mundo quer viver à custa do governo, o governo acaba vivendo à custa de todo o mundo.

10

Assinale a frase que se enquadra entre textos injuntivos.

- (A) Faça sempre o bem, não importa a quem.
- (B) Os cidadãos de um país podem mudá-lo.
- (C) Para encontrar a resposta certa você deve fazer a pergunta certa.
- (D) O verão é mais incômodo que o inverno.
- (E) Sempre haverá um conflito entre o bom e o ótimo.

Raciocínio Lógico-Matemático

11

Sabe-se, sobre as alturas de 5 mulheres, que:

- Bianca tem 3 cm a menos que Alice;
- Carla tem 3 cm a mais que Dalva;
- Alice tem 20 cm a menos que Érica;
- Bianca tem 1,57 m de altura.

Com base nessas informações, é correto concluir que, entre as 5 mulheres,

- (A) Alice é a mais baixa.
- (B) Bianca é mais baixa que Érica.
- (C) Carla é mais alta que Alice.
- (D) Dalva é mais alta que Érica.
- (E) Érica é a mais alta.

12

Considere uma sequência infinita de números em que, a partir do 2º, cada termo corresponde ao triplo do termo que o antecede subtraído de 2 unidades.

Se o 4º termo dessa sequência vale 82, então o 1º termo é um número

- (A) menor que 2,5.
- (B) maior que 2,5 e menor que 3,5.
- (C) maior que 3,5 e menor que 4,5.
- (D) maior que 4,5 e menor que 5,5.
- (E) maior que 5,5.

13

Considere um quadrado $ABCD$. Sobre o lado AB , há um ponto P e, sobre o lado BC , há um ponto Q . A partir de P , traça-se o segmento PM paralelo ao lado BC do quadrado. De forma análoga, a partir de Q , traça-se o segmento QN paralelo ao lado AB do quadrado. R é o ponto de interseção entre os segmentos PM e QN de modo que $BPRQ$ é um quadrado.

Se a medida de DN é três vezes a medida de BP e a soma das medidas dos lados do retângulo $CQRM$ é 20 cm, então a medida em centímetros dos lados do quadrado $ABCD$ é um número

- (A) menor que 10,5.
- (B) maior que 10,5 e menor que 11,5.
- (C) maior que 11,5 e menor que 12,5.
- (D) maior que 12,5 e menor que 13,5.
- (E) maior que 13,5.

14

Os seis elementos de uma matriz formada por 2 linhas e 3 colunas são {1, 2, 3, 4, 5 e 6}. As colunas são contadas da esquerda para a direita e as linhas, de cima para baixo.

Sabe-se que:

- a soma dos elementos da primeira coluna é 10;
- a soma dos elementos da segunda coluna é 5;
- a soma dos elementos da primeira linha é 8.

O elemento que ocupa a posição correspondente à segunda linha e à terceira coluna é

- (A) 1.
- (B) 2.
- (C) 3.
- (D) 4.
- (E) 5.

15

Paulo, Ricardo, Sílvio e Tales deram, nessa ordem, as seguintes declarações:

Paulo: “Eu sou professor”.

Ricardo: “Paulo não é professor”.

Sílvio: “Ricardo está mentindo”.

Tales: “Sílvio falou a verdade”.

A respeito dessas declarações, é possível que

- (A) todos estejam mentindo.
- (B) todos estejam falando a verdade.
- (C) Paulo e Ricardo estejam ambos mentindo.
- (D) Ricardo e Sílvio estejam ambos mentindo.
- (E) Sílvio e Tales estejam ambos mentindo.

16

Um número inteiro positivo menor do que 100, deixa resto 6 quando dividido por 7, deixa resto 7 quando dividido por 8. Sendo assim, esse número é divisível por

- (A) 17.
- (B) 15.
- (C) 13.
- (D) 11.
- (E) 10.

17

Em uma pesquisa feita com N corredores amadores, constatou-se que 20 nunca correram uma meia-maratona, 15 correram pelo menos 3 meias-maratonas e 55 correram, no máximo, 2 meias-maratonas.

N é um número

- (A) menor que 60.
- (B) maior que 60 e menor que 68.
- (C) maior que 68 e menor que 76.
- (D) maior que 76 e menor que 84.
- (E) maior que 84.

18

Entre Xavier, Vladimir e Zilmar, um deles tem cabelos castanhos, o outro tem cabelos ruivos e o terceiro, cabelos loiros. Os olhos também têm cores distintas sendo que um deles tem olhos castanhos, outro tem olhos verdes, e o terceiro, olhos azuis.

Xavier não tem olhos azuis. Quem tem olhos verdes não possui cabelos loiros. Zilmar não tem cabelos e nem olhos castanhos. Quem tem cabelos castanhos também tem olhos azuis.

Nesse caso, é correto afirmar que

- (A) Xavier tem olhos castanhos.
- (B) Xavier tem cabelos ruivos.
- (C) Vladimir tem olhos verdes.
- (D) Vladimir tem cabelos loiros.
- (E) Zilmar tem olhos azuis.

19

Cento e vinte canetas foram distribuídas pelas 5 gavetas de uma escrivaninha. Na 1ª gaveta, foram colocadas 3 canetas a mais do que na 2ª gaveta. Na 3ª gaveta, foram colocadas 3 canetas a menos do que na 4ª gaveta. Na 5ª gaveta, foram colocadas 3 canetas a mais do que na 1ª gaveta. Na 2ª gaveta, foram colocadas 9 canetas a menos do que na 3ª gaveta.

Com base nessas informações, é correto afirmar que

- (A) nenhuma gaveta contém 30 canetas.
- (B) nenhuma gaveta contém 28 canetas.
- (C) alguma gaveta contém 26 canetas.
- (D) nenhuma gaveta contém 24 canetas.
- (E) alguma gaveta contém 22 canetas.

20

Em uma modalidade esportiva, cada vez que um competidor qualquer vence seu adversário em uma partida, ele recebe 5 pontos por essa vitória. Quem sai derrotado de uma partida, perde 1 ponto. Se houver empate, ambos recebem 2 pontos.

Disputando 4 partidas, um competidor pode totalizar

- (A) 3 pontos negativos.
- (B) 0 ponto.
- (C) 12 pontos.
- (D) 14 pontos.
- (E) 18 pontos.

Legislação Municipal

21

Carlos, 21 anos, é servidor público municipal e pretende concorrer ao cargo de vereador, nas próximas eleições locais.

Consultou, então, a Lei Orgânica do Município de Macaé/RJ e verificou que

- (A) é vedado ao vereador, desde a posse, ser proprietário, controlador ou diretor de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público do Município ou nela exerça função remunerada.
- (B) o Município de Macaé conta com 7 (dezessete) vereadores, que são eleitos pelo sistema majoritário.
- (C) o Vereador é inviolável no exercício do mandato, em todo o território nacional, por suas opiniões, atos, palavras e votos.
- (D) o servidor público investido no mandato de vereador será afastado do cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar por sua remuneração.
- (E) é condição de elegibilidade para o mandato de vereador a idade mínima de 21 anos.

22

Acerca dos bens do Município, nos termos da Lei Orgânica de Macaé/RJ, assinale a afirmativa correta.

- (A) Todos os bens públicos imóveis municipais são administrados pelo Poder Executivo Municipal.
- (B) Os bens do Município são prescritíveis, não podendo ser adquiridos por usucapião.
- (C) O Município poderá dar nome de pessoas vivas a bens públicos.
- (D) A alienação de bens móveis dependerá de autorização legislativa e concorrência pública, sendo esta dispensada nos casos de doação e permuta.
- (E) A aquisição de bens imóveis por permuta dependerá de prévia avaliação e autorização legislativa.

23

Ana, servidora pública municipal, é ocupante de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, há 4 (quatro) anos e de forma exclusiva.

Sobre o caso apresentado, nos termos da Lei Orgânica do Município de Macaé/RJ, assinale a afirmativa correta.

- (A) A investidura de Ana no cargo público se deu por meio de concurso público.
- (B) É assegurado à servidora o regime próprio de previdência social.
- (C) Ana adquiriu a estabilidade no cargo que ocupa.
- (D) À servidora aplica-se o regime geral de previdência social.
- (E) Ana só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado.

24

José, servidor público municipal, estável, foi demitido da função pública, em caráter punitivo, por infração disciplinar, após ser submetido a processo administrativo.

Em virtude da vacância do cargo, Carlos, que também é servidor público municipal estável, foi nomeado para ocupar o lugar de José. Ocorre que José, irredimido com a decisão que culminou com a sua demissão, ajuizou uma ação judicial visando à invalidação do ato administrativo. Ao final, o pedido foi julgado procedente.

Diante de tais considerações, à luz da Lei Complementar nº 011/1998, que instituiu o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipais, assinale a afirmativa correta.

- (A) José será reconduzido ao cargo; Carlos será reintegrado.
- (B) José será reintegrado ao cargo; Carlos será exonerado.
- (C) José será reconduzido ao cargo; Carlos ficará em disponibilidade.
- (D) José será reintegrado ao cargo; Carlos será reconduzido.
- (E) José ficará em disponibilidade; Carlos será exonerado.

25

Restou provado, mediante procedimento apuratório, que Luiz, servidor público municipal, retirou-se do serviço antes de findo o expediente normal, sem justificativa plausível.

Em razão disso, no que concerne à remuneração, nos termos da Lei Complementar nº 011/1998, o servidor não perceberá

- (A) a remuneração do dia.
- (B) metade da remuneração do dia.
- (C) 1/3 da remuneração do dia.
- (D) 1/4 da remuneração do dia.
- (E) 1/5 da remuneração do dia.

26

Luiz, servidor público municipal, foi afastado preventivamente das suas funções, uma vez que foi instaurado contra ele procedimento administrativo que apura a suposta prática de falta disciplinar, mas que não envolve malversação ou alcance de dinheiro ou valores públicos.

A autoridade competente julgou que a presença do servidor poderia influir na apuração da falta cometida.

Sobre a hipótese apresentada, nos termos da Lei Complementar que instituiu o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipais, assinale a afirmativa correta.

- (A) O prazo do afastamento preventivo será de até 45 (quarenta e cinco) dias.
- (B) O servidor afastado não perceberá o vencimento do cargo nem as vantagens permanentes.
- (C) O servidor não poderá ter direito à contagem de tempo de serviço correspondente ao período do afastamento preventivo.
- (D) O afastamento se prolongará até a decisão final do procedimento administrativo.
- (E) O afastamento preventivo é medida acautelatória e não constitui pena.

27

Nos termos da Lei Orgânica do Município de Macaé/RJ, assinale a opção que indica uma atribuição que compete privativamente à Câmara Municipal, sem a sanção do Prefeito.

- (A) Autorizar isenções, anistias fiscais e remissão de dívidas.
- (B) Aprovar a autorização de empréstimo de interesse do Município.
- (C) Autorizar a concessão de auxílios e subvenções.
- (D) Dispor quanto aos bens de domínio público.
- (E) Aprovar o Plano Diretor.

28

Considerando o que a Lei Orgânica do Município de Macaé/RJ prevê sobre os servidores públicos municipais, assinale a afirmativa correta.

- (A) É assegurado aos beneficiários de servidor público municipal que vier a falecer na vigência do vínculo laboral, o recebimento, em 5 (cinco) dias, a título de auxílio-funeral, da quantia equivalente ao último salário por ele percebido.
- (B) Os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público poderão ser computados ou acumulados para fins de concessão de acréscimos ulteriores.
- (C) Ao servidor ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, bem como de outro cargo temporário ou de emprego público, aplica-se o regime próprio de previdência social.
- (D) É assegurado ao servidor público municipal o recebimento de 2 (dois) salários-base a título de auxílio-funeral, por falecimento de qualquer dependente.
- (E) É possível a existência de mais de um regime próprio de previdência social para os servidores titulares de cargos efetivos, e de mais de uma unidade gestora do respectivo regime.

29

João, servidor público municipal, precisa afastar-se de suas funções para acompanhar o tratamento de saúde de sua esposa, paciente oncológica, que está internada em um município distante.

Sobre o caso, considerando o previsto na Lei Complementar nº 011/1998, que instituiu o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipais, assinale a afirmativa correta.

- (A) A licença ao servidor será concedida mediante comprovação por junta médica oficial, sem prejuízo de sua remuneração e das demais vantagens do cargo.
- (B) A licença será concedida pelo período de 90 (noventa) dias, prorrogável por até mais 30 (trinta) dias, desde que comprovada a necessidade da permanência da assistência.
- (C) O servidor não perceberá a remuneração quando o afastamento ultrapassar 120 (cento e vinte) dias.
- (D) O benefício, em hipótese alguma, durante o vínculo funcional do servidor para com a municipalidade, poderá exceder aos 120 (cento e vinte) dias.
- (E) O servidor, terminado o prazo do benefício concedido, deverá se apresentar ao serviço, independentemente de qualquer comunicação da Administração Pública Municipal.

30

Consoante a Lei Complementar nº 011/1998, que instituiu o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipais, a autoridade que tiver ciência de irregularidade no serviço público municipal deverá promover a sua apuração imediata, por meio de sindicância ou inquérito administrativo.

Acerca do processo administrativo, assinale a afirmativa correta.

- (A) A sindicância ou apuração sumária poderá ensejar dois resultados: o arquivamento dos autos ou a aplicação de pena de advertência.
- (B) O cônjuge, companheiro ou parente do acusado, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o quarto grau, não poderá participar de comissão de sindicância ou de inquérito.
- (C) O inquérito deverá estar concluído no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de entrega dos autos à Comissão, prorrogáveis por igual período em caso de força maior.
- (D) A não observância dos prazos previstos para a conclusão do inquérito acarretará nulidade do processo.
- (E) Recebidos os autos pela autoridade competente, no prazo de 20 (vinte) dias, deverá decidir-se à vista dos fatos apurados pela Comissão, ficando vinculado às conclusões do relatório.

Noções de Direito Previdenciário

31

De acordo com o Art. 194 da Constituição Federal de 1988, a seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.

Um dos princípios constitucionais da Seguridade Social é a diversidade da base de financiamento. Além das fontes normais de arrecadação, nada impede que outras sejam instituídas pela União, desde que o faça mediante

- (A) Lei Complementar.
- (B) Lei Ordinária.
- (C) Emenda Constitucional.
- (D) Medida Provisória.
- (E) Decreto Autônomo.

32

A Lei Complementar 138/09 do Município de Macaé dispõe, em seu Art. 2º, vários princípios que devem ser obedecidos. Entre eles há o inciso IV, que preconiza a “inviabilidade de criação, majoração ou extensão de qualquer benefício sem a correspondente fonte de custeio total”.

Assinale a opção que apresenta a denominação desse instituto jurídico.

- (A) Princípio da Moralidade.
- (B) Princípio da Impessoalidade.
- (C) Regra de Contrapartida.
- (D) Regra de Noventena.
- (E) Princípio da Anterioridade.

33

Dependentes previdenciários são as pessoas que vivem sob a dependência econômica do segurado e que serão seus beneficiários.

A Lei Complementar nº 138/2009 do Município de Macaé dispõe acerca dos beneficiários do segurado para fins de concessão de alguns benefícios pelo Instituto de Previdência Social do Município de Macaé.

Assinale a opção que contempla, à luz da legislação citada, uma pessoa que pode ser considerada beneficiária.

- (A) Filho inválido do segurado, somente até completar 24 anos de idade.
- (B) Companheiro da segurada, mesmo depois que desfaça a união estável e não tenha direito a alimentos.
- (C) Filho casado do segurado, até 24 anos de idade, que está cursando ensino superior oficial.
- (D) Filha solteira do segurado, até 24 anos de idade, sem atividade remunerada.
- (E) Filha solteira adotiva da segurada, até 18 anos de idade.

34

Roger foi aprovado, em 2024, no concurso público para Analista Previdenciário da entidade MACAEPREV.

Das parcelas abaixo indicadas, que constam do contracheque de Roger, assinale aquela que é considerada como base de cálculo para fins de custeio do sistema Próprio de Previdência do Município de Macaé e, portanto, sobre ela haverá contribuição previdenciária.

- (A) Adicional de caráter individual.
- (B) Diárias.
- (C) Ajuda de custo.
- (D) Auxílio alimentação.
- (E) Reembolso de despesas.

35

Os jovens irmãos João e Pedro eram digitadores na mesma empresa privada, sendo que ambos foram contratados no ano de 2020.

Em 2024, João foi acometido por LER (Lesão por Esforço Repetitivo), que foi reconhecida como doença ocupacional, e Pedro sofreu um acidente automobilístico muito grave em viagem de férias. Ambos foram considerados inválidos pelo INSS, e, então, aposentados por incapacidade permanente (antiga aposentadoria por invalidez).

Sobre os fatos narrados, considerando a norma de regência, assinale a afirmativa correta.

- (A) João e Pedro receberão a título de aposentadoria 100% da média aritmética simples dos salários de contribuição, porque vítimas de acidentes.
- (B) Somente João receberá, a título de aposentadoria, 100% da média aritmética simples dos salários de contribuição.
- (C) Ambos terão a aposentadoria calculada na razão de 60% da média aritmética simples dos salários de contribuição.
- (D) João receberá, a título de aposentadoria, 60% da média aritmética simples dos salários de contribuição.
- (E) Somente Pedro receberá, a título de aposentadoria, 100% da média aritmética simples dos salários de contribuição.

36

Carla era assistente administrativo em uma empresa privada há 5 anos.

Após dedicar-se intensamente aos estudos, ela logrou aprovação no concurso público para analista previdenciário da entidade MACAEPREV. Radiante com a boa notícia, Carla iniciou os procedimentos visando à sua posse, e agora tem dúvida se os 5 anos que contribuiu para o Regime Geral de Previdência Social poderão ser aproveitados em seu novo cargo público. Diante da situação e da Lei de regência, assinale a afirmativa correta.

- (A) Não é previsto em Lei a contagem de tempo de contribuição de um regime previdenciário em outro.
- (B) Será possível contabilizar 50% do tempo de contribuição do RGPS para o regime próprio de previdência social.
- (C) A contagem recíproca do tempo de contribuição entre os regimes previdenciários é garantida, mas com um redutor denominado "pedágio".
- (D) É assegurada, integralmente, a contagem recíproca do tempo de contribuição entre o RGPS e o regime próprio de previdência social.
- (E) Será possível contabilizar o dobro do tempo de contribuição do RGPS para o regime próprio de previdência social.

37

O regime de previdência privada é baseado na constituição de reservas que garantam o benefício contratado.

As opções a seguir, apresentam características do regime de previdência privada, à exceção de uma. Assinale-a.

- (A) É facultativo.
- (B) É regulado por lei complementar.
- (C) É organizado de forma autônoma.
- (D) Tem caráter complementar.
- (E) Existe apenas na modalidade aberta.

38

Helena está recebendo valor referente a auxílio-acidente e foi encaminhada pelo INSS para a reabilitação profissional em virtude de sequelas definitivas que teve após sofrer um acidente.

Sobre a situação retratada, assinale a afirmativa correta.

- (A) Helena está recebendo 2 benefícios previdenciários.
- (B) Helena está recebendo 2 serviços previdenciários.
- (C) Helena está recebendo 1 benefício e 1 serviço previdenciários.
- (D) Helena está recebendo parcelas da Assistência Social.
- (E) Helena está recebendo prestações da Saúde.

39

Rogério trabalhava como polidor em um lava-jato localizado em Imbetiba, bairro de Macaé. Rogério veio a falecer em um acidente de automóvel e deixou uma companheira, com quem mantinha união estável há 10 anos, e 2 filhos, com idades de 8 e 5 anos, sendo que o filho mais velho tem deficiência intelectual.

Assinale a opção que indica o percentual da pensão por morte que os dependentes receberão.

- (A) Uma cota familiar de 50% + 10% por dependente, totalizando 80%.
- (B) Uma cota familiar de 60% + 15% por cada filho, totalizando 90%.
- (C) No caso apresentado será pago 100%.
- (D) Uma cota inicial de 60% acrescido de 2% a cada ano que ultrapassar 20 anos de contribuição do finado.
- (E) Será pago 60% para cada um dos dependentes.

40

Rosane conseguiu seu primeiro emprego em 2021, em uma atividade que, pelas suas características, confere direito à aposentadoria especial após vinte anos de contribuição.

Imaginando que Rosane permanecerá nesse emprego nos próximos vinte anos, assinale a opção correta acerca da idade mínima que Rosane precisará ter para conseguir a aposentadoria especial.

- (A) 55 anos de idade.
- (B) 62 anos de idade.
- (C) 60 anos de idade.
- (D) 58 anos de idade.
- (E) Não há idade mínima.

Conhecimentos Específicos

Atenção: Para a resolução das próximas questões, considere:

- IIA – *The Institute of Internal Auditors* (Instituto dos Auditores Internos)
- EFS -Entidade de Fiscalização Superior

41

O Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE-RJ) imputou débito ao prefeito de um município sob sua jurisdição por danos ao erário que, comprovadamente, decorreram de ações e omissões de sua responsabilidade. Os valores respectivos não foram recolhidos pelo agente político.

Considerando os fatos narrados e a natureza jurídica das decisões da Corte de Contas, assinale a afirmativa correta.

- (A) As decisões do TCE-RJ das quais resultem imputação de débito tem natureza de título executivo judicial.
- (B) A propositura da ação de execução fiscal da dívida compete à Procuradoria do Estado do Rio de Janeiro.
- (C) O município lesado tem legitimidade para propositura da ação executiva.
- (D) A imputação do débito impede o TCE-RJ de aplicar multa ao gestor pelos mesmos fatos e atos que fundamentaram aquela condenação.
- (E) O Ministério Público de Contas junto ao TCE-RJ possui legitimidade para propor ação de cobrança dos valores constantes do título judicial de imputação de débito.

42

Um deputado estadual apresentou projeto de Lei que alterava a Lei Orgânica do Tribunal de Contas (TCE) do respectivo Estado da Federação. A lei foi aprovada pela Assembleia Legislativa e sancionada pelo Governador do Estado.

Considerando a situação hipotética, assinale a afirmativa correta.

- (A) A referida lei não precisaria ser submetida à sanção do governador do Estado, pois o TCE integra a estrutura do Poder Legislativo, pelo que a alteração de sua lei orgânica é de competência exclusiva do Parlamento.
- (B) Somente o Tribunal de Contas têm iniciativa legislativa para propor alterações em sua Lei Orgânica e, dessa forma, a lei aprovada pode ser considerada inconstitucional por vício de iniciativa.
- (C) O Tribunal de Contas integra a intimidade estrutural do Poder Legislativo, pelo que a iniciativa de lei tratando de sua organização e funcionamento é prerrogativa de qualquer parlamentar.
- (D) O deputado estadual deveria submeter o projeto de lei previamente à apreciação do TCE, facultando-lhe a oportunidade de participação na produção legislativa.
- (E) O Governador do Estado, o Presidente da Assembleia Legislativa e o Tribunal de Contas possuem iniciativa concorrente para apresentação de projetos de leis que tratem de organização e funcionamento da Corte de Contas.

43

José, responsável pelo controle interno da Secretaria Municipal de Saúde do Município X, tomou conhecimento de diversas irregularidades praticadas por Antônio, gestor do almoxarifado da referida Secretaria.

As irregularidades praticadas por Antônio resultaram em significativos danos ao erário. No entanto, José, considerando o fato de Antônio ser parente próximo do prefeito municipal, não tomou qualquer medida para apurar os fatos e buscar ressarcimento ao erário.

Sobre a situação narrada, assinale a afirmativa correta.

- (A) Antônio não poderá ser responsabilizado, tendo em vista que a culpa *in vigilando* transfere a responsabilidade pelos atos danosos a José.
- (B) José somente responderá pelos danos causados por Antônio caso este não tenha bens suficientes para ressarcimento ao erário.
- (C) José responderá solidariamente com Antônio pelos atos danosos, pois tomou conhecimento das irregularidades praticadas por Antônio e, deliberadamente, não as levou ao conhecimento do Tribunal de Contas respectivo.
- (D) A responsabilidade do Município é objetiva, pelo que o ente municipal deverá arcar com os prejuízos causados por Antônio.
- (E) José deverá adotar as medidas cabíveis para impedir que Antônio seja responsabilizado pelos fatos danosos, evitando-se conflitos com o prefeito municipal.

44

Na atividade de controle da Administração Pública, é necessário *“... afastar as atividades de controle do agente a quem é atribuído o mister de executar outras funções, tendo em vista que, no regular exercício da função de controle, quem controla não deve executar, quem executa não deve controlar.”*

Essa ponderação refere-se ao princípio orientador da atividade de controle da Administração Pública denominado

- (A) devido processo legal.
- (B) segregação de funções.
- (C) legalidade.
- (D) definição de competências.
- (E) impessoalidade.

45

O Prefeito do Município X nomeou seu primo, José, detentor de curso superior em Contabilidade, para o cargo de Chefe da Controladoria-Geral do Município.

José não possui vínculo anterior com a Administração Pública, mas possui mais de dez anos de experiência em auditoria interna em sociedade empresária do setor privado.

Ressalta-se que a legislação municipal autorizava a nomeação de servidores para cargos em comissão de Chefia da Controladoria-Geral local.

Sobre a lei que fundamentou a nomeação de José, considerando a jurisprudência do STF, assinale a afirmativa correta.

- (A) É constitucional, tendo em vista que os cargos em comissão são de livre nomeação e exoneração.
- (B) É constitucional, por observância ao princípio da impessoalidade.
- (C) Deve ser objeto de reclamação junto ao STF, tendo em vista que contraria súmula vinculante que veda o nepotismo na Administração Pública.
- (D) É inconstitucional, pois o cargo de chefe de controle interno municipal só pode ser ocupado por servidores efetivos, selecionados por meio de concurso público.
- (E) É constitucional, tendo em vista que as normas de vedação ao nepotismo só alcançam parentes afins ou colaterais até o segundo grau da autoridade nomeante.

46

Em auditoria interna realizada nos atos de gestão financeira de pessoal do Município X, a Controladoria-Geral do Município observou ilegalidades na concessão de aposentadoria concedida à ex-servidora municipal e determinou a sua imediata anulação.

Sobre a decisão da Controladoria-Geral do Município, assinale a afirmativa correta.

- (A) Decorre do poder de autotutela da Administração Pública e não precisa observar eventuais direitos adquiridos, tendo em vista que de atos nulos não decorrem direitos.
- (B) Somente produzirá efeitos depois de aprovado pelo Tribunal de Contas competente.
- (C) Não poderia ser editada, tendo em vista que os registros de atos de aposentadoria e sua fiscalização são de competência exclusiva dos Tribunais de Contas.
- (D) É inconstitucional, tendo em vista que os atos de concessão de aposentadoria são atos complexos e se aperfeiçoam com a decisão da Corte de Contas.
- (E) É inconstitucional, pois o controle interno deve atuar no apoio à governança, não tendo a competência para determinar a anulação de atos do Poder Executivo.

47

Sobre o Ministério Público Junto ao Tribunal de Contas (MPTC) do Estado, mormente denominado “Ministério Público Especial”, analise as afirmativas a seguir.

- I. Possui as mesmas prerrogativas de índole institucional atribuídas ao Ministério Público do Estado.
- II. A exigência de lei complementar para tratar da organização e funcionamento é de iniciativa exclusiva do respectivo Tribunal de Contas.
- III. São extensíveis aos membros do MPTC as garantias subjetivas inerentes aos membros do Ministério Público da União e dos Estados.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I, somente
- (B) II, somente
- (C) III, somente.
- (D) I e II, somente.
- (E) I e III, somente

48

Sobre o controle judicial da Administração Pública, analise as afirmativas a seguir.

- I. A intervenção do Poder Judiciário em políticas públicas voltadas à realização de direitos fundamentais, em caso de ausência ou deficiência grave do serviço, não viola o princípio da separação dos Poderes.
- II. A decisão judicial deve determinar à Administração Pública que apresente um plano e/ou os meios adequados para alcançar o resultado.
- III. No caso de serviços de saúde, o déficit de profissionais pode ser suprido por concurso público ou, por exemplo, pelo remanejamento de recursos humanos e pela contratação de organizações sociais (OS) e organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIP).

Está correto o que se afirma em

- (A) I, somente
- (B) I e II, somente.
- (C) I e III, somente.
- (D) II e III, somente.
- (E) I, II e III.

49

Os Tribunais de Contas dos Estados são compostos por sete Conselheiros. Ademais, contam com os Auditores-Substitutos (ou Conselheiros-Substitutos) e com agentes públicos denominados Auditores de Controle Externo, cada qual com funções específicas na atividade de controle a cargo do Tribunal.

Sobre as funções atribuídas a cada um desses agentes, analise as afirmativas a seguir.

- I. A Lei Orgânica do Tribunal de Contas pode atribuir aos Conselheiros-Substitutos a competência para emitir pareceres e outros atos de caráter opinativo a pedido do relator do processo de contas.
- II. Aos Conselheiros dos Tribunais de Contas, assim como aos Conselheiros-Substitutos, a CRFB/88 atribui a função judicante, pelo que gozam das prerrogativas conferidas aos membros do Poder Judiciário na forma estabelecida no texto constitucional.
- III. Os Auditores de Controle Externo são competentes para executar auditorias e inspeções, bem como pela instrução de processos que lhes forem distribuídos, submetendo-os a julgamento, na forma estabelecida pela Lei Orgânica do Tribunal de Contas.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, somente.
- (B) I e II, somente.
- (C) I e III, somente.
- (D) II e III, somente.
- (E) I, II e III.

50

O Tribunal de Contas do Estado *Beta* encaminhou à respectiva Assembleia Legislativa projeto de Lei alterando sua Lei Orgânica. O projeto tinha por finalidade alterar as normas que regulamentavam aspectos relacionados à sua organização e ao seu funcionamento.

No entanto, um parlamentar incluiu uma emenda ao projeto de Lei estabelecendo normas sobre prescrição e decadência no âmbito dos processos de competência do referido Tribunal. O projeto de lei foi aprovado pela Assembleia Legislativa e sancionado pelo governador.

Sobre o dispositivo decorrente da emenda parlamentar, assinale a afirmativa correta.

- (A) É inconstitucional, por vício de iniciativa e afronta à prerrogativa de autogoverno atribuída constitucionalmente aos Tribunais de Contas.
- (B) É constitucional, pois a norma dispõe sobre prescrição e decadência, não implicando vulneração da autonomia ou autogoverno do Tribunal de Contas, já que não altera sua organização ou funcionamento.
- (C) O mero estabelecimento de regras a disciplinar o instituto da prescrição e da decadência no âmbito do Tribunal de Contas estadual implica afronta ao princípio da simetria.
- (D) É constitucional, pois os representantes do povo podem inserir emendas ao projeto de lei de iniciativa do Tribunal de Contas, ainda que as propostas de emenda tratem de organização e funcionamento dessa Corte.
- (E) É inconstitucional, pois a inexistência de norma estadual expressa sobre prescrição e decadência no âmbito das Cortes de Contas impede a aplicação desses institutos no âmbito dos respectivos processos de contas.

51

Um auditor interno aceitou realizar um trabalho de avaliação em uma unidade que era gerenciada por sua esposa.

Nos termos dos princípios e diretrizes definidas nas Normas Internacionais Para a Prática da Auditoria Interna do IIA, essa medida pode comprometer as orientações mandatórias relativas à(ao)

- (A) independência.
- (B) objetividade.
- (C) zelo profissional.
- (D) segregação de funções.
- (E) moralidade.

52

Segundo o IIA, a atividade de auditoria interna deve possuir, ou obter, coletivamente, o conhecimento, as habilidades e outras competências necessárias ao desempenho de suas responsabilidades.

Assinale a opção que indica o princípio a que se refere essa orientação mandatória.

- (A) Zelo profissional.
- (B) Competência.
- (C) Proficiência.
- (D) Liderança.
- (E) Capacidade gerencial.

53

Uma equipe de auditoria interna realizou a avaliação do desenho dos controles implementados pela auditada, com a finalidade de verificar se esses controles, individualmente ou em conjunto, eram capazes de impedir ou de detectar e corrigir efetivamente eventuais distorções relevantes.

A avaliação realizada pelos auditores consistiu em avaliar os riscos

- (A) inerentes.
- (B) de detecção.
- (C) de controle.
- (D) de planejamento.
- (E) de organização.

54

Nos termos do documento “*Gerenciamento de Riscos Corporativo – Estrutura Integrada*” publicado pelo *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission* (COSO), o gerenciamento de riscos corporativos é o processo conduzido pelo Conselho de Administração, pela diretoria e demais empregados, estabelecendo estratégias que foram formuladas para identificar eventos capazes de afetá-la, e administrar os riscos de modo a mantê-los compatíveis com o apetite a risco da organização e possibilitar garantia razoável do cumprimento dos seus objetivos. Essa definição reflete certos conceitos fundamentais. O gerenciamento de riscos corporativos é

- (A) capaz de propiciar garantia absoluta para o conselho de administração e para a diretoria executiva de uma organização.
- (B) orientado para a realização de objetivos em uma ou mais categorias distintas, ainda que independentes.
- (C) formulado para identificar eventos em potencial, cuja ocorrência poderá afetar a organização e para administrar os riscos de acordo com seu apetite a risco.
- (D) aplicado em toda a organização, com ênfase nos níveis operacionais, e inclui a formação de uma visão de portfólio de todos os riscos a que ela está exposta.
- (E) conduzido pelos profissionais dos níveis estratégicos mais elevados da organização.

55

Nos termos da NBASP 100, uma opinião de auditoria é utilizada para transmitir o nível de asseguarção, a opinião deve ser em um formato padronizado. A opinião pode ser não modificada ou modificada. Uma opinião não modificada é usada tanto para asseguarção razoável como para asseguarção limitada.

Quando o auditor, após ter obtido evidência de auditoria suficiente e apropriada, conclui que desvios ou distorções, seja individualmente ou no agregado, são relevantes e generalizados, deve emitir uma opinião

- (A) qualificada.
- (B) com ressalvas.
- (C) com abstenção.
- (D) adversa.
- (E) definitiva.

56

O tipo de trabalho em que o relatório de auditoria pode expressar uma opinião quanto a estar a informação sobre o objeto, em todos os aspectos relevantes, livre de distorções ou se o objeto está em conformidade, em todos os aspectos relevantes, com os critérios estabelecidos, é denominado

- (A) trabalho de certificação.
- (B) relatório direto.
- (C) trabalho de acompanhamento.
- (D) relatório de levantamento.
- (E) trabalho de monitoramento.

57

Conforme preceitua a NBASP 9020, antes de decidir realizar uma avaliação por conta própria ou aceitar uma requisição de uma autoridade externa (o demandante), a entidade avaliadora deve considerar a viabilidade do seu processo e a abordagem que será necessária.

Sobre a análise de viabilidade da avaliação, analise as afirmativas a seguir.

- I. A fase de estudo de viabilidade é relativamente simples quando uma entidade está realizando uma avaliação de política pública por iniciativa própria: nesse caso, a entidade pode não precisar de um diálogo interativo com as partes interessadas.
- II. Uma EFS pode concluir *não ser desejável realizar a avaliação de política pública* quando verificar que não é possível envolver as partes interessadas, entre outros aspectos, ou quando há efeitos difíceis demais de medir, entre outros aspectos.
- III. A avaliação de viabilidade contribui essencialmente para o planejamento da avaliação, pois aborda diversos aspectos relevantes como a descrição da política; a identificação das partes interessadas; as questões de avaliação e seleção da metodologia e dos instrumentos científicos a serem empregados, dentre outros aspectos.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

58

Nos termos da NBASP 3920, nas auditorias operacionais o auditor deve fornecer recomendações construtivas que sejam capazes de contribuir significativamente para sanar as deficiências ou problemas identificados pela auditoria, sempre que relevante e permitido pelo mandato da EFS.

Para que sejam construtivas, as recomendações devem ser

- (A) redigidas sem considerar a possibilidade de avaliação posterior de sua implementação.
- (B) elaboradas, sempre que possível, em trabalho junto com a auditada para identificar as mudanças necessárias e a maneira de implementá-las.
- (C) dirigidas somente à autoridade máxima do órgão ou Poder.
- (D) pensadas somente ao final da auditoria, após a coleta das evidências dos achados.
- (E) acompanhadas de informação das eventuais medidas sancionatórias em caso de descumprimento.

59

Na auditoria operacional, diferentes tipos de evidências podem ser obtidos com o uso de diferentes métodos de coleta de dados.

Associe as evidências de auditoria listadas a seguir aos respectivos métodos de coleta de dados.

1. Evidência testemunhal
 2. Evidência Analítica
 3. Evidência documental
 4. Evidência física
- () Análise de regressões.
() Experimentos.
() Grupos de referência.
() Pesquisas e questionários.

Assinale a opção que apresenta a associação correta, na ordem apresentada.

- (A) 4; 3; 1; 2.
(B) 3; 2; 1; 4.
(C) 1; 4; 2; 3.
(D) 4; 1; 2; 3.
(E) 2; 1; 3; 4.

60

No planejamento da auditoria governamental, a matriz de planejamento é fundamental para orientar os trabalhos a serem executados pelo auditor, pois ela orienta e estabelece o escopo da auditoria.

Nesse sentido, a matriz de planejamento destaca a metodologia e as técnicas a serem empregadas pelo auditor para a coleta de evidências.

O campo da matriz de planejamento que registra essas ações a serem realizadas pelo auditor é denominado

- (A) condição.
(B) critério.
(C) método ou procedimentos de auditorias.
(D) conclusões esperadas.
(E) situação encontrada.

61

Na execução de uma auditoria governamental, o auditor utilizou uma técnica que consiste na verificação, através do exame visual, do item específico a ser examinado. Com o emprego dessa técnica o auditor buscou comprovar se aquele item realmente existe.

Assinale a opção que apresenta a técnica de auditoria empregada.

- (A) Observação.
(B) Análise documental.
(C) Confirmação externa.
(D) Inspeção.
(E) Reanálise.

62

Para avaliar a conformidade dos lançamentos contábeis, o auditor selecionou documentos que representam transações e, posteriormente, verificou se aquelas transações foram de fato registradas no sistema contábil.

Com esse procedimento, o auditor buscou detectar quantias eventualmente lançadas a menor nos registros contábeis, o que lhe permitiu obter evidências relacionadas com afirmações de integridade.

Assinale a opção que indica a técnica de auditoria empregada.

- (A) Benchmarking.
(B) Inspeção.
(C) Vouching.
(D) Rastreamento.
(E) Reexecução.

63

Durante a execução de um trabalho de avaliação, o auditor realizou notações nos papéis de trabalho para denotar que um procedimento de auditoria foi executado. Essa ação era realizada pelo auditor sempre que observasse que um procedimento semelhante seria repetido em um papel de trabalho ou em diversos papéis de trabalho.

Assinale a opção que indica o procedimento usado pelo auditor nos papéis de trabalho.

- (A) Referências cruzadas.
(B) Marcas de seleção.
(C) *Download*.
(D) Tabelamento.
(E) Filamento.

64

Na realização da auditoria, o auditor deve gerenciar os riscos de fornecer um relatório que seja inadequado nas circunstâncias da auditoria.

Sobre os riscos de auditoria, analise as afirmativas a seguir.

- I. Quando o objetivo é fornecer asseguração razoável, o auditor deve reduzir o risco de auditoria a um nível aceitavelmente baixo, dadas as circunstâncias da auditoria.
- II. Se a auditoria visar fornecer asseguração limitada, o risco aceitável de não conformidade com os critérios estabelecidos é maior do que em uma auditoria de asseguração razoável.
- III. O auditor deve executar procedimentos para reduzir o risco de chegar a conclusões inadequadas, reconhecendo quanto menor esse risco, maior a possibilidade de a auditoria fornecer absoluta certeza da condição objeto.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, somente.
(B) I e II, somente.
(C) I e III, somente.
(D) II e III, somente
(E) I, II e III.

65

No que diz respeito ao controle de qualidade das auditorias realizadas pelos Tribunais de Contas, assinale a afirmativa correta.

- (A) As equipes de auditoria devem assumir responsabilidade pela implantação e manutenção de sistema de controle da qualidade que assegure a qualidade de todo o trabalho realizado.
- (B) Os acordos de confidencialidade alcançam os auditores de controle externo responsáveis pela execução de auditorias e inspeções, mas não se estendem aos contratados para realização de atividades de apoio ao controle externo.
- (C) Os servidores responsáveis pela realização de auditorias, como requisito de qualidade, devem apresentar declarações por escrito para confirmar o cumprimento das exigências éticas.
- (D) O rodízio de pessoal nas atividades de auditoria não é uma medida considerada para garantir o controle de qualidade da atividade de controle externo a cargo dos Tribunais.
- (E) A avaliação das atribuições legais dos servidores responsáveis pela realização de auditorias e inspeções não se insere nos parâmetros de qualidade das atividades de controle externo realizadas pelos tribunais de contas.

66

Considerando as disposições do Decreto Municipal nº 026/2023, que regulamenta a Lei Federal nº 14.133/2021 e a Lei Municipal nº 4.960/2022 no âmbito da Administração Pública de Macaé, nas contratações de soluções de tecnologia da informação é permitido

- (A) adotar a métrica homem-hora ou equivalente para aferição de esforço.
- (B) fixar fatores de ponderação distintos para os índices de “técnica” e “preço”, independentemente do tipo de licitação.
- (C) vedar o estabelecimento de vínculo de subordinação com funcionários da contratada.
- (D) fazer referências, em edital, a regras externas de fabricantes que possam acarretar a alteração unilateral do contrato pela contratada.
- (E) contratar por postos de trabalho, não sendo exigidas a comprovação de resultados compatíveis com o posto previamente definido.

67

José é servidor público efetivo do Município da Macaé e exerce suas funções na Central Municipal de Compras, ocupando o cargo em comissão de subsecretário de licitações.

Aos servidores lotados na Central de Compras, a Lei Municipal nº 4.960/2022 prevê o direito à percepção do Adicional de Desempenho do Órgão de Compras (ADOC).

Sobre o direito de José à percepção do ADOC, assinale a afirmativa correta.

- (A) Não poderá recebê-lo, pois ocupa cargo em comissão.
- (B) Somente deixará de recebê-lo quando estiver em gozo de férias regulamentares.
- (C) Irá recebê-lo pelo prazo de três meses, após a alteração de sua lotação para outro órgão.
- (D) Poderá receber o adicional, ainda que ele seja concedido a mais de vinte servidores.
- (E) Não poderá recebê-lo, se contar com mais de 10 faltas ao serviço.

68

O Município *Alfa* realizou licitação para efetuar o registro de preços em objeto para o qual o referido ente não tinha registro de demandas anteriores. Por ser a primeira licitação para o referido objeto, o edital e licitação não indicou o volume total a ser adquirido.

Nessa situação, a referida contratação

- (A) é ilegal, pois não se admite o registro de preços sem indicação do volume total a ser adquirido.
- (B) admite a participação de outro órgão ou entidade na ata.
- (C) admite a contratação com indicação limitada a unidade de contratação somente no caso de aquisição de gêneros alimentícios perecíveis.
- (D) é considerada erro grosseiro, podendo resultar na responsabilização pessoal do agente público responsável.
- (E) é admitida nessa situação, desde que indicado o valor máximo da despesa a ser realizada.

69

Assinale a opção que indica a denominação do procedimento técnico-administrativo usado para selecionar previamente licitantes que reúnam condições de habilitação para participar de futura licitação ou de licitação vinculada a programas de obras ou de serviços objetivamente definidos.

- (A) Registro de Preços.
- (B) Pré-qualificação.
- (C) Credenciamento.
- (D) Registro Cadastral.
- (E) Procedimento de Manifestação de Interesse.

70

Sobre a duração dos contratos administrativos, nos termos da Lei nº 14.133/2021, analise as afirmativas a seguir.

- I. A duração dos contratos será a prevista em edital, e deverão ser observadas, no momento da contratação e a cada exercício financeiro, a disponibilidade de créditos orçamentários e a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
- II. A Administração poderá celebrar contratos com prazo de até 6 (seis) anos nas hipóteses de serviços e fornecimentos contínuos.
- III. Os contratos de serviços e fornecimentos contínuos poderão ser prorrogados sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que haja previsão em edital e que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, somente.
- (B) I e II, somente.
- (C) I e III, somente.
- (D) II e III, somente.
- (E) I, II e III.

Realização

